

| 744 | APREENSÃO DA IMAGEM URBANA E PLANEJAMENTO  
URBANO: COMPARAÇÃO ENTRE OS MÉTODOS DO  
PLANEJAMENTO URBANO INTERATIVO DO CENTRO DE VITÓRIA  
E DE UMA EXPERIÊNCIA NO LARGO DA ORDEM, CURITIBA - PR.<sup>1</sup>

*Alice Dellabianca Brambati*

**Resumo**

A relação entre a apreensão da imagem urbana e a sua utilização na formulação de diretrizes para o Planejamento Urbano é o objeto deste artigo. Ele se debruça na dificuldade de se trabalhar com um desafio de natureza multidisciplinar e que precisa lidar com os mais variados interesses dentro da cidade. A análise de métodos de apreensão da imagem urbana comparando dois casos - o Planejamento Interativo do Centro de Vitória com um trabalho desenvolvido no Largo da Ordem (Curitiba - PR) - permitiu desvendar os processos através dos quais houve maior êxito na busca por tal leitura, o que se pode extrair deles para a realização de outros programas de natureza participativas correlatos, quais as suas peculiaridades e no que elas influenciaram dentro dos seus processos de construção, de aplicação e nos seus resultados.

**Palavras-chave:** imagem urbana, planejamento urbano, Centro de Vitória, Largo da Ordem.

**Introdução**

É inegável a dificuldade que há na leitura da imagem urbana para que a partir dela possam ser construídas as diretrizes de planejamento das cidades. É importante que esta imagem seja apreendida com o auxílio de um diálogo facilitado entre técnicos e usuários locais.

O presente artigo faz uma comparação entre duas experiências de aplicação de métodos cujo objetivo era justamente o descrito acima, realizadas no Brasil como forma de análise de diferentes formas de se buscar essa apreensão da imagem urbana. Uma delas é o Planejamento Interativo do Centro de Vitória, realizado pela Prefeitura de Vitória, no ano de 2006, a outra é um estudo de caso efetivado no Largo da Ordem, em Curitiba - Paraná, no mesmo ano (VAZ, 2006).

Os objetivos do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória eram evidenciar as potencialidades do lugar, descobrir as dificuldades enfrentadas naquele local, e assim aumentar a autoestima dos seus moradores e usuários (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006). Já no caso do Largo da Ordem, o objetivo era:

---

<sup>1</sup> Artigo desenvolvido na disciplina “Monumento e a experiência espaço-temporal na arquitetura e na cidade” com a Prof. Dra. Renata Hermann de Almeida no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

“[...] a aproximação entre cidade planejada e cidade real, técnico e comunidade, sendo possível a extração de diretrizes de planejamento baseadas nessa relação e que se aplicadas conforme sua intenção inicial seriam capazes de efetivar a relação usuário, imaginário coletivo e saber técnico.” (VAZ, 2006)

A problemática do trabalho traz o debate do “Novo Urbanismo” que defende a ideia de levar em consideração as potencialidades e as características próprias do lugar. Daí a importância de se atentar para as imagens construídas pelos usuários do local, para que o planejamento se processe embasado o máximo possível na realidade e não em imagens preconcebidas pelos profissionais envolvidos ou em imagens impostas ou criadas por segmentos da sociedade e propagadas pela mídia.

A finalidade do trabalho é a análise da relação entre a apreensão da imagem urbana e o planejamento na teoria e na prática para identificar se esta funciona assim como aquela, isto é, se a imagem urbana vem sendo utilizada dentro do planejamento e como isso acontece.

### **Apreensão das imagens urbanas**

A abordagem participativa na arquitetura e no urbanismo está sempre atrelada à ligação afetiva do usuário com o lugar. Já se torna consenso atualmente que a falta dessa afetividade gera pobreza cultural, desorientação do indivíduo que já não consegue mais entender a linguagem espacial que vivem no cotidiano.

Segundo Pronsato, a visão positivista racionalista é uma das visões mais aceitas pelos arquitetos, na qual o projetista está num ponto de vista de sobrevoos, totalizante, ignorando quase que completamente a complexidade das coisas. Ele vê o outro como um objeto e não como sujeito atuante no espaço. O diálogo e o intercâmbio tão necessários não acontecem. Acaba trabalhando com o que se pensa da realidade e não com a realidade de fato (Pronsato, 2005).

A autora defende a ideia de arquiteto/usuário na qual o profissional se volta para uma visão de reciprocidade. Ela embasa essa ideia trabalhando com o conceito de Merleau Ponty de “corpo pensante” em que a inteligência está ligada às sensações, percepções e à sensibilidade. Os pares sujeito/objeto e corpo/alma são inseparáveis (Ponty *apud* Pronsato, 2005).

Ela também usa conceitos de Paulo Freire como o de “cidade educativa” para explicar que o projeto participativo coloca o homem como um ser de relação “não apenas no mundo, mas com o mundo” (Freire *apud* Pronsato, 2005). Esses conceitos auxiliam no

entendimento de exemplos de projetos maravilhosos, encontrados ao longo da história da arquitetura, do urbanismo e da paisagem, que deixam de ser quando vivenciados pelas pessoas na realidade. Podemos concluir, por exemplo, que os profissionais responsáveis pela elaboração da Carta de Atenas acreditavam poder controlar e resolver tudo, mas na prática já se convencionou que não é bem assim. O movimento do Novo Urbanismo tem essa temática como um de seus temas de discussão.

François Ascher alega que a sociedade contemporânea passa por profundas transformações que são refletidas na concepção, na produção e na gestão de cidades e do território, mas que, por sua vez, a construção urbana não reflete tais variações na mesma velocidade. Segundo ele, um novo urbanismo (ou neourbanismo) deve “tentar controlar essa revolução urbana, tirar partido dela e limitar seus eventuais prejuízos.” (Ascher, 2010).

Entre os desafios a serem enfrentados pelo novo urbanismo levantados pelo autor estão: elaborar e manejar projetos urbanos com atitudes mais reflexivas, adaptadas a uma sociedade complexa e a um futuro incerto (inclui as mudanças), diferente do urbanismo moderno, que tinha como objetivo o controle do porvir; agir em uma sociedade que concentra uma diversidade complexa de interesses, onde não é mais possível formar o que se chamava de interesse geral ou interesse comum (nesse ponto, é importante ressaltar que a participação dos atores e dos procedimentos de negociação se tonam essenciais); responder à variedade de gostos e demandas, tornar a cidade atrativa e romper com as ideologias simplificadoras do progresso, funcionalistas e generalizadoras; e promover uma qualidade urbana multissensorial, rompendo com o funcionalismo elementar do urbanismo moderno (trabalhar, morar, divertir-se, abastecer-se, deslocar-se), e ter um enfoque funcional mais fino, que considere a complexidade e a variedade das práticas urbanas, que não aprecie só o visível, mas também o sonoro, o tátil e o olfativo (ambientes diversificados, mais atraentes e confortáveis) (Ascher, 2010).

Conclui-se do tema a grande dificuldade em se trabalhar com a apreensão da imagem urbana, tendo em vista os problemas de se lidar com as leituras resgatadas com a população, de forma que possam se transformar em mecanismos de planejamento, como diretrizes realistas e instrumentalizáveis. Por sua vez, tal leitura deve ser perseguida pelos motivos que veremos a seguir.

Segundo Giovannoni, para conservar a identidade da cidade, deve-se manter vivo o lugar que prende seus habitantes ao seu passado. Segundo ele, a cidade ganha valor de monumento memorial à medida que traz para o presente a memória viva que conecta seus moradores ao passado. Para ele, é um erro querer encaixar a força as formas da vida

moderna num organismo urbano idealizado com critérios antigos. Giovannoni não se opõe às transformações e as renovações urbanas, desde que sejam apoiadas no que já existe, respeitando os sistemas construtivos pré-existentes. (Giovannoni *apud* Choay, 2011)

A reabilitação urbana também não deve se transformar numa consagração de uma cidade teatro, do espetáculo, ou de sua transformação em museu, como vem acontecendo em muitos centros urbanos (Arantes, 1998). Logo, a procura por leituras da paisagem urbana são importantes visto que a não assimilação das imagens existentes pode fazer com que os elos da tradição se percam, a cidade vai deixando de produzir as imagens cruciais de uma ordem que tem como suportes a urbanidade e a cultura urbana e assim deixam de ser referência de comportamento. (Pechman *apud* Vaz, Pereira; 2010)

Um planejamento despreocupado com tais questões é o chamado “planejamento de gabinete” (Vaz, Pereira; 2010), no qual a participação acontece apenas legitimando o processo decisório.

Outra questão que merece atenção é a forma como as imagens urbanas são construídas. Elas podem ser formadas e consolidadas com o passar do tempo ou produzidas para serem vendidas. A falta de diálogo entre técnicos e comunidade pode confundir as “verdadeiras” imagens da cidade, levando até a “importação” de exemplos (Vaz, Pereira; 2010). Segundo Vaz e Pereira, a preferência deve ser dada para as discussões em assembleia com objetivo de se alcançar um diálogo, construir o plano com a comunidade, ao invés de se discutir sobre um plano já proposto pelos técnicos.

Para uma melhor análise crítica de processos de apreensão das imagens urbanas e, a partir delas, de construção das diretrizes de planejamento, este trabalho propõe uma comparação entre métodos utilizados em um estudo de caso no Largo da Ordem, em Curitiba, e no Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória. As motivações para a escolhas destes exemplos serão explicitados a seguir.

### **Os casos do Largo da Ordem (Curitiba) e do Centro de Vitória: história e motivações para as escolhas**

A escolha do trabalho feito no Largo da Ordem se deve a tradição curitibana em planejamento participativo. Um exemplo de pioneirismo desta cidade é a construção do Plano Diretor de 1965, um dos primeiros no Brasil, construído nos moldes da participação popular, cujo objetivo era ordenar o aumento populacional. De lá para cá, ele sofreu progressiva adaptação ao longo do processo de implantação e transformou-se num trabalho constante de ordenação do crescimento urbano da cidade junto à comunidade (Vaz, 2006).

Havia, durante o processo, a preocupação por parte do Órgão Público em tomar a direção do crescimento da cidade para si, não deixando essa função a cargo da iniciativa privada. Além disso, preocupou-se com a busca de soluções internacionais para encontrar alternativas de saídas locais. As modificações, porém, se limitavam ao ter que manter o centro histórico, os bairros mais antigos e as áreas verdes (Bastos, Zein, 2010).

A comparação deste exemplo de planejamento com o Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória surgiu do fato de este último ser um exemplar capixaba de projeto participativo e também buscar as características locais junto aos seus usuários.

“O Planejamento Urbano Interativo [...] buscou evidenciar as riquezas da área central e detectar suas limitações e entraves, junto aos agentes envolvidos na produção de sua dinâmica. Este processo pretendeu potencializar a autoestima do morador e do usuário do Centro, bem como atrair “novos olhares”, através de um processo aberto e participativo.” (Prefeitura Municipal de Vitória, 2006).

A história do Centro de Vitória se confunde com a história da maioria dos centros urbanos antigos no Brasil: antes se constituía, ela toda, como cidade e, com a expansão (formação de novas áreas) e a dilatação de suas atividades, hoje ela é denominada como “o Centro”. Simboliza a tradição e a história, mas, com o tempo, enfraqueceu-se na sua dinâmica e os seus atores perderam o interesse pelo espaço (Prefeitura Municipal de Vitória, 2006).

Como objetivo geral, o Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória pretendeu definir as prioridades, elaborar planos, programas e projetos com a ajuda dos usuários locais e avaliar o modelo de gestão vigente na ocasião do programa.

Os dois casos escolhidos se valeram de metodologias próprias para a apreensão da imagem urbana junto aos seus respectivos usuários participantes dos processos. As comparações entre os métodos utilizados nos dois exemplos serão abordadas na parte seguinte do trabalho.

### **Análise comparativa entre os métodos**

A metodologia empregada no estudo do Largo da Ordem, realizado nos anos de 2004 e 2005, está exposta no Quadro 01. As etapas deste caso foram análise fotográfica, como fonte preliminar de conhecimento do objeto a ser estudado, o teste-piloto realizado com 10% (cinco pessoas) da amostra total, e a pesquisa de campo final com os quarenta e cinco usuários restantes, sendo que nessas duas últimas foram empregados entrevistas e mapas mentais.

Etapa	Procedimento	Quando?	Por quê?	Universo amostral
1) Análise fotográfica empírica	Levantamento fotográfico e cruzamento com a teoria.	Manhã, tarde e noite, durante um mês.	Para conhecer o objeto e definir o recorte espacial empírico da pesquisa.	O pesquisador.
2) Teste - piloto	Entrevistas e desenhos, com posterior análise.	Manhã e tarde em um dia da semana e um fim de semana.	Para poder determinar as perguntas da entrevista aberta e ver como proceder na análise dos desenhos, aferir os tempos de duração.	Cinco pessoas escolhidas entre os três grupos (trabalhadores, usuários <i>in loco</i> , e fora do local).
3) Pesquisa de Campo Final	Entrevistas e desenhos, com posterior análise.	Manhã, tarde e noite, durante um mês.	Para realizar a pesquisa efetivamente.	Quarenta e cinco pessoas escolhidas entre os três grupos (trabalhadores, usuários <i>in loco</i> , e fora do local).

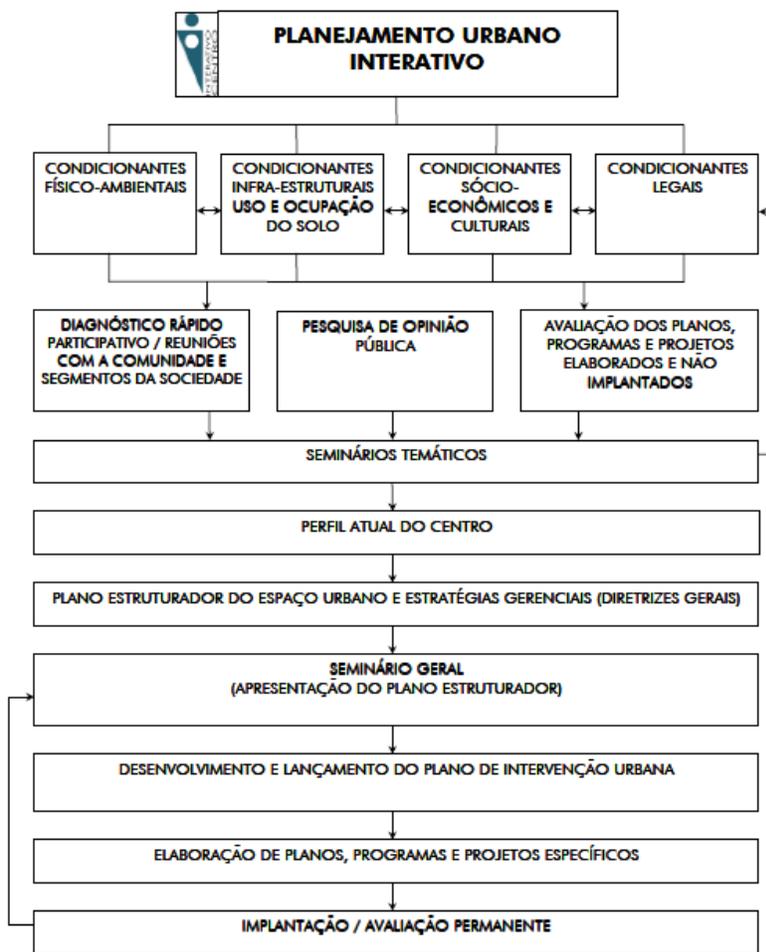
Quadro 01 – Etapas do trabalho de campo  
 Fonte: Vaz, Pereira; 2010 (adaptado).

Os métodos aplicados em Vitória são apresentados no Quadro 02. Numa primeira parte do trabalho, foram analisadas pela equipe técnica da prefeitura as condicionantes do lugar, divididas em condicionantes físico-ambientais; infra-estruturais, uso e ocupação do solo; sócio-econômicos e culturais; e legais. Com o resultado dessas análises e o aprimoramento do conhecimento preliminar da equipe técnica sobre o local, foi possível discutir os problemas em reuniões com a comunidade (Diagnóstico Rápido Participativo) e avaliar planos, programas e projetos elaborados e não implantados até o momento. Concomitantemente a essas etapas, foi realizada a pesquisa de opinião através de questionários aplicados aos usuários do local.

A próxima etapa se constituiu da realização de seminários temáticos, através dos quais foi formado o perfil atual do Centro, com suas potencialidades e dificuldades enfrentadas. O levantamento deste perfil proporcionou a construção de um plano

estruturador do espaço urbano e diretrizes para ações futuras. A partir de então, esse plano foi apresentado e discutido com a comunidade num Seminário Geral, no qual é desenvolvido e lançado um plano de intervenção urbana para que a partir daí se elabore planos, programas e projetos específicos. A ideia deste programa é que a realimentação do processo seja feita constantemente, voltando-se sempre ao Seminário Geral.

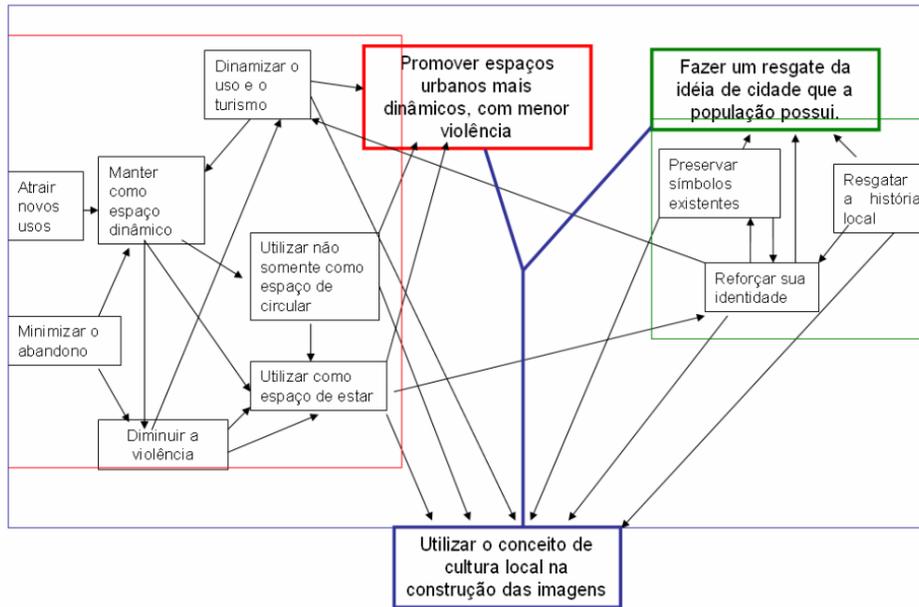
Comparando as duas metodologias, percebe-se que a apreensão da imagem urbana junto à comunidade se faz durante praticamente todo o processo no caso do Largo da Ordem, enquanto, no Planejamento Interativo do Centro de Vitória, essa participação ocorre em alguns momentos dentro do programa. Isso se deve a vários fatores como o fato de o caso de Vitória se tratar de um programa cujo objetivo é um planejamento do Centro Histórico (bairros), enquanto o Largo da Ordem se trata de uma rua. A escala de trabalho é menor neste último caso. Era necessário que os técnicos tivessem um conhecimento prévio da região, objetivo do estudo das condicionantes, antes de aplicarem as metodologias participativas. Isso foi possível, no largo da Ordem, com um breve levantamento fotográfico, já no caso de Vitória, essa etapa precisou ser mais extensa e mais completa.



Quadro 02: Metodologia do Planejamento Interativo - Vitória  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2006.

A partir dos resultados das pesquisas de campo no Lago da Ordem, foi construído o mapa cognitivo apresentado na Quadro 03. Considerando os técnicos como facilitadores e os usuários como decisores, o autor define essa árvore:

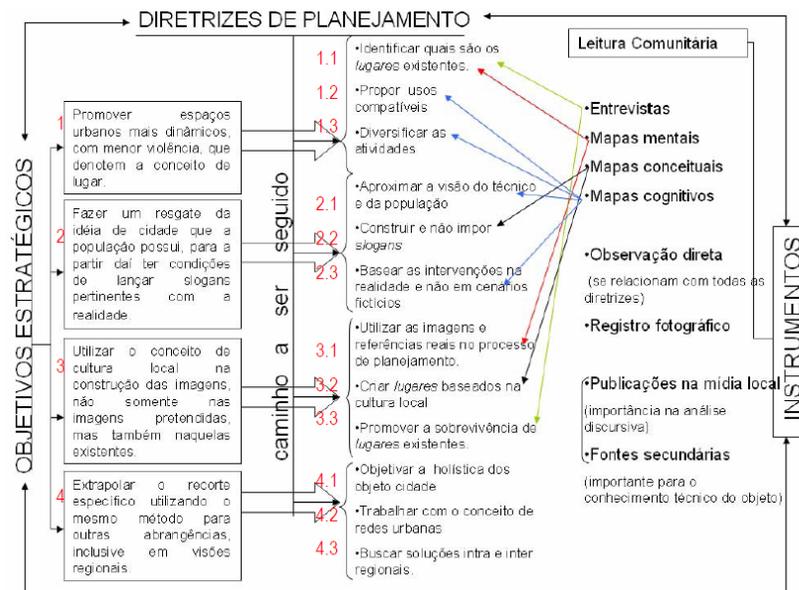
“A ideia foi reunir em uma síntese os desejos do facilitador e dos decisores.[...] Notar que do ramo principal, formado pelas linhas azuis tem-se a partir do objetivo: utilizar o conceito de cultura local na construção de imagens, bifurca-se para dois ramos (clusters) formados pelos objetivos genéricos: promover espaços urbanos mais dinâmicos, com menor violência e também, fazer um resgate da ideia de cidade que a população possui. Desses a arborescência é criada com os objetivos estratégicos que fecham os galhos.” (Vaz; 2006)



Quadro 03: Mapa Cognitivo - Largo da Ordem  
 Fonte: Vaz; 2006.

Já no caso do Planejamento Interativo do Centro de Vitória, foram analisados, em conjunto com a sociedade civil, o Diagnóstico Preliminar, o resultado da pesquisa de opinião e os resultados obtidos nos Diagnósticos Rápidos Participativos. Este estudo serviu de base para a realização de SEMINÁRIOS TEMÁTICOS, realizados nos dias 09 e 10/02/2006. Os seminários tiveram caráter de oficina, nos quais foram definidas e pactuadas vocações do Centro (Prefeitura Municipal de Vitória, 2006). Este método utiliza-se de grau de participação maior nesta etapa de seminário do que o descrito anteriormente, visto que conta com a população para decodificar os resultados dos diversos tipos de pesquisa em diretrizes de ação efetiva. Pela gradação de participação construída por Lacaze, essas reuniões representam o terceiro grau, isto é, um grau a mais do que as pesquisas públicas com questionários (Lacaze, 1993). O problema aqui se dá pelo fato de ser dificultada a comprovação de que as opiniões dos usuários envolvidos realmente foram levadas em consideração sem a influência dos técnicos ou de outros segmentos. No caso do Largo da Ordem, as etapas “técnicas” e participativas ocorrem simultaneamente e fica clara a tradução da vontade popular de uma etapa em diretrizes e métodos para a próxima.

Um exemplo do que foi explicado no parágrafo anterior é o fato de o mapa cognitivo construído para o estudo do Largo da Ordem fornecer os objetivos estratégicos que definem as diretrizes de planejamento e, a partir delas, a demarcação do caminho a ser seguidos e que instrumentos devem ser utilizados (Quadro 04).



Quadro 04: Diretrizes – Largo da Ordem  
 Fonte: Vaz; 2006.

Tal método define um organograma cujas flechas contornam todo o quadro e estão em todos os sentidos, conferindo ao processo uma construção e uma avaliação continuadas. No planejamento Interativo do Centro de Vitória isso também ocorre, mas de forma parcial, pois a avaliação acontece a partir dos seminários gerais que realimentariam e atualizariam as diretrizes de planejamento (Quadro 02).

Outra comparação entre os dois métodos estudados que cabe neste artigo é sobre os mapas mentais aplicados em ambos os casos, suas formas de aplicação e as fases das pesquisas em que foram incluídos. Em Vitória a abordagem dos usuários utilizando mapas mentais foi realizada no início de todo o processo como forma de auxiliar nas análises dos condicionantes (primeira etapa no Quadro 02), além de ter sido feita separadamente dos questionários, que só foram aplicados num segundo momento (Prefeitura Municipal de Vitória, 2006). No Largo da Ordem esses mapas foram utilizados como base para todo o processo metodológico, isto é, foram aplicados em conjunto com os questionários pelas mesmas pessoas que desenhavam e desses desenhos e dessas respostas nasciam os conceitos-chaves que auxiliaram na construção das diretrizes de planejamento ao fim do processo (Vaz, 2006). Já no Planejamento Interativo do Centro de Vitória não é tão fácil perceber, dentro do processo construtivo, as relações dos resultados obtidos através de análises dos mapas mentais com a construção das diretrizes obtidas ao final do processo. Não há uma

demonstração dessas relações tão clara como houve no Largo da Ordem, mostrados no Quadro 04.

Os mapas mentais no Largo da Ordem consistiram em desenhos feitos pelos usuários locais que foram divididos em três categorias: pessoas que trabalhavam no largo, usuários frequentes que estavam no lugar por motivos diversos e usuários que não estavam no Largo no momento da entrevista. O objetivo desta categorização foi a obtenção de diferentes percepções de acordo com a presença ou não e a frequência de uso (Vaz, 2006).

A característica recorrente nos mapas desenhados pelo primeiro grupo, pessoas que trabalham no local, é principalmente a ausência de pessoas na rua, apesar dos diversos usos apresentados através de alguns marcos desenhados: o Relógio das Flores, o Bebedouro, o Solar do Rosário, a Igreja da Ordem, a Galeria das Arcadas e a Secretaria de Cultura (Vaz, 2006). É interessante notar a importância dada para a orientação espacial, entendido por se tratar de usuários que experimentam o local através dos seus usos e serviços.

Os mapas desenhados pelos usuários da categoria número dois, frequentadores frequentes, encontram-se cheios de nostalgia. Percebe-se isso nos marcos e referências históricas presentes em tais desenhos (Vaz, 2006). Aparecem aqui espaços das relações sociais.

Uma particularidade que é recursiva no grupo de pessoas que não estavam no Largo da Ordem no momento da entrevista, terceira categoria de usuários, é a visão do espaço (o que as pessoas falavam também era documentado) como um local bonito, um “espaço europeu”, de “primeiro mundo” (Vaz, 2006), muito próximo aos *slogans* divulgados sobre a cidade, o que corrobora a ideia de uma formação pelas mídias da imagem mental.

No caso do Planejamento Interativo do Centro de Vitória, a categorização dos usuários foi feita de maneira diferente. Aqui, a separação está entre não usuários/usuários esporádicos, moradores/usuários frequentes. A percepção dos não usuários/usuários esporádicos do que seja o Centro de Vitória está íntima e diretamente relacionada à parte baixa da Cidade – área comercial e adjacências (Avenida Jerônimo Monteiro, Praça Costa Pereira, Praça Oito de Setembro), onde há o maior fluxo de veículos (ônibus e carros). Em termos de arquitetura, destacam-se, nos desenhos dessa área, a FAFI e o Teatro Carlos Gomes. Das outras regiões, destaca-se a Catedral Metropolitana de Vitória (Prefeitura Municipal de Vitória, 2006).

Com relação aos mapas desenhados por moradores/usuários frequentes, nota-se um maior detalhamento e uma ampliação da área considerada central – a Cidade Alta e as áreas mais internas e que possuem um uso público, como Parque Moscoso, Rua Sete de

Setembro, Praça Ubaldo Ramalhete, Praça Misael Pena (Prefeitura Municipal de Vitória, 2006).

## **Conclusões**

O diagnóstico extraído da comparação entre esses dois processos de apreensão da imagem urbana esclarecem algumas questões e apontam para algumas conclusões. Uma delas é a percepção de que, sempre que possível, as várias etapas de processos participativos que buscam a apreensão das imagens urbanas devem ser interligadas de forma clara, evitando que dados importantes coletados pela população ou concluídas pela equipe técnica responsável pelas metodologias se percam pelo meio do caminho. Claro que deve ser evidenciada a dificuldade de se aplicar o descrito acima em casos de regiões amplas como a compreendida pelo Planejamento Interativo do Centro de Vitória. Mas isso deve ser tratado como um desafio.

A apreensão da imagem urbana é de fato efetivada se for buscada junto à comunidade em todas as fases e se essa imagem for “conduzida” de uma fase para outra dentro das metodologias utilizadas. O processo participativo deve ser sistematizado de forma que facilite a leitura das etapas para a comprovação de que os resultados realmente derivaram da participação dos usuários.

A aplicação de métodos como o emprego de questionários e o uso de mapas mentais é de extrema importância, mas as reuniões realizadas somente no caso de Vitória são ideais para promover o debate sobre os problemas enfrentados e as potencialidades do local, elas contribuem para a evolução das ideias e das propostas. O desafio, neste caso, é a busca pelo maior registro possível dessas reuniões para que se possa comprovar a efetiva participação dos usuários e a transformação de suas opiniões em diretrizes de projeto.

A utilização de mapas cognitivos são instrumentos imprescindíveis para uma apreensão mais próxima do que seja a imagem urbana. Se as diretrizes de planejamento forem extraídas dos resultados de análises desses mapas, traduzidas em conjunto com a comunidade através de reuniões participativas, estarão mais fortemente ligadas à busca pela volta da imagem urbana construída ao longo da história.

## **Referências**

Ascher, François. 2010. *Os novos princípios do urbanismo*, São Paulo, Romano Guerra Editora.

Arantes, Otília B. Fiori. 1998. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*, São Paulo, Edusp.

Bastos, Maria Alice Junqueira e Zein, Ruth Verde. 2010. *Brasil: Arquiteturas após 1950*, São Paulo, Perspectiva.

Choay, Françoise. 2011. *As questões do patrimônio*, Lisboa, Porto Editora.

Lacaze, Jean Paul. 1993. *Os métodos do urbanismo*. São Paulo, Papirus Editora. Tradução: Marina Appenzeller.

Prefeitura Municipal de Vitória. SEDEC / GPU / CRU. 2006. *Planejamento urbano interativo do Centro de Vitória*, Vitória, CD RW.

Prefeitura Municipal de Vitória. 2006. *Planejamento Interativo do Centro de Vitória*, Vitória, Cartilha.

Pronsato, Sylvia Adriana Dobry. 2005. *Arquitetura e paisagem: projeto participativo e criação coletiva*, São Paulo, Annablume; Fapesp; Fupam.

Vaz M. J.; Pereira, E. M. Imagens urbanas: diretrizes de planejamento e desenho urbano baseadas na leitura popular de espaços públicos. *Revista Brasileira de Gestão Urbana* [Em linha], v. 2, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2010. Consult.:

<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=193114459003> [Disponível em 18 de novembro de 2012]

Vaz, Murad Jorge. 2006. *Por uma Metodologia de Leitura Popular aplicada ao Planejamento Urbano*, Dissertação de Mestrado UFSC, Florianópolis.